

**AO ILUSTRÍSSIMO (A) PREGOEIRO (A) DA COORDENAÇÃO GERAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA – DF.**

REF.: PEDIDO DE ESCLARECIMENTO COM IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2020.

A empresa **SIEG APOIO ADMINISTRATIVO LTDA - ME**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na cidade de Curitiba, estado do Paraná, na Rua José Merhy, 1266, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº. 06.213.683/0001-41, por intermédio do seu representante infra-assinado, vem tempestivamente e com fulcro no artigo 41º e seus parágrafos da Lei Federal nº 8.666/1993 (Lei de Licitações), apresentar **PEDIDO DE ESCLARECIMENTO COM IMPUGNAÇÃO** em face do Edital do PREGÃO em epigrafe, pelas razões de fato e de direito que passa a expor:

## **1 – SÍNTESE FÁTICA**

O MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, por intermédio da Coordenação Geral de Licitações e Contratos, instaurou procedimento licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico visando à “(...) contratação de empresa especializada na prestação de serviços de implantação de solução de modernização de ambientes, incluindo confecção de projeto executivo, montagem de sistemas de áudio com processamento digital, de videoconferência e multi-conferência, de visualização e interatividade de imagens, de automação dos equipamentos e cenários, com a prestação de serviços de instalação, treinamento e operação assistida, e fornecimento de equipamentos e materiais (...)”

Todavia, a ora Impugnante denota, a presença de vícios que maculam todo o processo, cuja prévia correção se mostra indispensável à abertura do certame e a formulação de propostas.

Face o interesse público evidente do procedimento em voga, por sua amplitude, **SOLICITA-SE COM URGÊNCIA** a análise do mérito desta Impugnação pelo (a) Sr. (a) Pregoeiro (a), a fim de evitar prejuízos maiores para o erário público, o qual certamente será lesado caso o Edital permaneça nos termos atuais. Tal é o que se passa a demonstrar.

## **2 – DAS RAZÕES DE IMPUGNAÇÃO**

## A) DA SEPARAÇÃO DOS ITENS

O Pregão Eletrônico nº 22/20 é formado por apenas um lote único, e trouxe a seguinte justificativa:

### 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Em que pese o parcelamento ser regra, de forma que a licitação seja realizada por item, insta destacar que o objeto em questão não é considerado como divisível, pois eventual divisão por itens pode acarretar prejuízo no desempenho do conjunto da solução (funcionalidades, compatibilidades, etc). Entende-se, pois, que a aquisição separada dos bens não é vantajosa simplesmente por não se apresentar tecnicamente viável.

Nessa toada, eventual fragmentação do objeto, possibilitando o ocasionamento de diversas contratações, poderá comprometer a execução dos serviços de forma que não se produza os resultados pretendidos.

Sob a perspectiva técnica, a empresa a ser contratada necessitará planejar, organizar, coordenar, instalar e acompanhar todos os serviços indispensáveis à plena execução dos projetos, abrangendo implantação da solução de modernização em todos os ambientes, montagem de sistemas de áudio, de videoconferência e multi conferência, de visualização e interatividade de imagens, de automação dos equipamentos e cenários.

Ademais, impende ressaltar que a responsabilização de uma única empresa contratada torna-se mais adequado não apenas em vista do acompanhamento de problemas e soluções, mas mormente em termos de facilitar a verificação das suas causas e atribuição de responsabilidade, de modo a aumentar o controle sobre a execução do objeto licitado.

Portanto, analisando tecnicamente, a contratação de uma empresa para a prestação do serviço se mostra mais satisfatória do que se fosse efetuada por vários outros particulares, ratificando-se que, mesmo com a necessidade de fornecimento de equipamentos e materiais, o escopo central é a implantação da solução de modernização como um todo.

Ainda, corroborando a contratação de uma solução única, ressalta-se a viabilidade da metodologia pleiteada e a disponibilidade de empresas para execução do objeto, ao passo que haverá melhor aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade.

Acontece que, o Lote único possui 44 itens, entre eles: Caixa de Som com Bluetooth, Rack Metálico Padrão 19" 16UR, Nobreak 06 KVA, Gravador Profissional de áudio e vídeo digital, entre outros.

Como já mencionado pelo órgão licitante a cima, de acordo com a jurisprudência do TCU, *"inexiste ilegalidade na realização de pregão com previsão de adjudicação por lotes, e não por itens, desde que os lotes sejam integrados por itens de uma mesma natureza e que guardem relação entre si"* (Acórdão 5.260/2011-1ª Câmara).

Com todos os itens agrupados num lote só, a quantidade de fabricantes presentes no certame será menor, pois seria improvável encontrar tantas empresas capazes de oferecer propostas vantajosas e tornar o certame competitivo. Por isso preferem-se as aquisições por itens nestes casos, e repete-se: **a aquisição por itens é a regra.**

Verifica-se que a união de todos os itens no mesmo lote não está de acordo com a razão para a qual foi criada a possibilidade de licitação por lotes, que seria apenas em casos excepcionais.

O edital menciona que os itens não são considerados divisíveis, mas os equipamentos ora amarrados no lote único do Pregão Eletrônico 022/2020 são produzidos, na maioria dos casos, por empresas autônomas. Por exemplo, os fabricantes de Tela Interativa LCD 60" (item 26), não conseguirão participar do certame, por mais que seu produto seja de qualidade superior, pois não fabrica o item Rack Metálico Padrão 19".

Certamente, as empresas distribuidoras de Tela Interativa LCD 60" (item 26), apresentarão propostas mais rentáveis à Administração Pública, haja vista serem distribuidores oficiais do fabricante, desse modo efetuaram suas ofertas sem qualquer tramitação que lhe tenha onerado o valor, assim com uma assistência técnica direcionada àquele equipamento.

Diante disso, é por certo que há limitação na ampla participação obrigatória a todos os certames, o que pode e deve, com todo o respeito, facilmente ser corrigido com a simples aquisição dos produtos através de compra por itens.

A recusa de separação dos itens do lote único não beneficia o ente público, beneficia apenas os comerciantes que fornecem todos os itens licitados, sujeitando o órgão a aquisição de produtos.

Data vênia está claro que não haverá qualquer prejuízo à Administração Pública ao se realizar a divisão dos itens no lote único do Pregão Eletrônico 22/2020, seja em razão do conjunto em si, de sua complexidade, ou por perda de economia de escala.

Isso porque os interessados em apresentar propostas para ambos os produtos poderão fazê-lo ainda que estejam separados por itens e, caso sejam capazes de oferecer o melhor preço em ambos os produtos, adjudicá-los.

Por fim, pensando no melhor custo/benefício do órgão, quanto à economia e qualidade dos objetos requeridos, **requer-se desde logo que a disputa do Pregão Eletrônico nº 022/2020 deixe de ser por lote, e passe a ser por itens.**

## B) DAS TECNOLOGIAS

Após leitura do edital, uma exigência quanto à tecnologia do item 26, Tela Interativa LCD 60", nos gerou dúvidas, portanto, gostaríamos de esclarecer, segue:

26.	<u>Tela interativa LCD 60"</u>
26.1.	Tamanho mínimo de diagonal da tela 60"
26.2.	Possuir sistema de antirreflexo
26.3.	Possuir tecnologia de iluminação LED
26.4.	Resolução 3840x2160@60Hz
26.5.	Aspecto de Vídeo: 16:9
26.6.	Tempo de resposta menor que 15 ms
26.7.	Brilho de 300 cd/m2 ou superior
26.8.	Contraste (típico) 1200:1 ou superior
26.9.	Ângulo de visão (H / V) 170/170 ou superior
26.10.	Entradas: HDMI e DisplayPort ou DVI
26.11.	Controle RS232 ou RJ45
26.12.	Deve possuir multi touch com no mínimo 6 pontos
26.13.	Deve acompanhar todos componentes necessários para instalação

O edital visa à aquisição de um monitor LCD, porém esse tipo de tecnologia para telas e monitores não é mais utilizada. Atualmente, a maioria das telas e monitores, utilizam a tecnologia para imagem LED, onde possui uma qualidade de imagem superior, custo menor e maior facilidade para sua manutenção.

Os principais fabricantes, como por exemplo, Samsung<sup>1</sup> e Dell<sup>2</sup>, na maioria dos seus modelos utilizam a tecnologia LED em seus monitores e telas.

Sendo assim, entendemos que a licitante vencedora do item 26 - Tela Interativa - pode oferecer um equipamento com Tela LCD ou Tecnologia Superior. **Está correto nosso entendimento?** Caso nosso entendimento esteja errado, impugna-se desde logo, tendo em vista que a Tecnologia mencionada pelo órgão é limitada, impedindo a ampliação na participação do certame.

<sup>1</sup> SAMSUNG – Monitores LED. Disponível em <<https://www.samsung.com/br/monitors/led-monitor/>> Acesso em 07 jul. 2020.

<sup>2</sup> Monitor Touch Screen 24" Dell P2418HT. Disponível em <[https://www.dell.com/pt-br/work/shop/monitor-touch-screen-24-dell-p2418ht/apd/210-asnw/monitores-e-acess%C3%B3rios?gacd=9694601-15002-5761040-276881644-0&dgc=ST&cid=71700000069466860&&gclid=CjwKCAjwzvX7BRAeEiwAsXExo1Tkeh\\_UTuuEpthjTnNQZYM3gbcCAwEzmG0n\\_dLxHXoQvNCG8DLRnPxocUdQQAvD\\_BwE&gclid=aw.ds](https://www.dell.com/pt-br/work/shop/monitor-touch-screen-24-dell-p2418ht/apd/210-asnw/monitores-e-acess%C3%B3rios?gacd=9694601-15002-5761040-276881644-0&dgc=ST&cid=71700000069466860&&gclid=CjwKCAjwzvX7BRAeEiwAsXExo1Tkeh_UTuuEpthjTnNQZYM3gbcCAwEzmG0n_dLxHXoQvNCG8DLRnPxocUdQQAvD_BwE&gclid=aw.ds)>. Acesso em 07 jul. 2020.

### **3 - DO DIREITO**

O artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal da República dispõe que a Administração Pública obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Da mesma maneira, se faz necessário reforçar o Princípio da Isonomia, também conhecido como Princípio da Igualdade, que está previsto no artigo 5º da Constituição Federal da República, onde prevê que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, bem como no artigo 3º da Lei 8.666/93.

Entende-se também que o fim essencial da licitação é a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública e, há de se entender que o ato de exclusão de um concorrente, com total competência, acaba por contrariar tal intuito, em prol de um excessivo formalismo.

#### **3.1 – DO PRINCÍPIO DA ISONOMIA**

Em conformidade com o artigo 3º da Lei de Licitações, são princípios expressos da licitação: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, igualdade, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo.

Dentre eles, destaca-se o princípio da igualdade entre os licitantes, também conhecido como princípio da isonomia, a Administração Pública deve conduzir a licitação de maneira impessoal, sem prejudicar ou privilegiar nenhum licitante. Desde que preencham os requisitos exigidos, todos os que tiverem interesse em participar da disputa devem ser tratados com isonomia.

Assim, o referido princípio dos administrados perante à Administração Pública, ao ser aplicado à licitação pública, transmuda-se no princípio da igualdade de condições a todos os concorrentes, que adquire caráter de princípio constitucional mediante a sua inclusão no texto da Carta Magna, acima transcrito.

Em consonância com Celso Antonio B. de Mello (2004, p. 73), para o Direito Administrativo, o princípio da isonomia ou da igualdade dos administrados em face da Administração anda de mãos dadas com o princípio da impessoalidade. Em outras palavras, a

igualdade refere-se não à Administração Pública em si, que representa os interesses da coletividade, supremos em relação ao interesse privado. A igualdade, em Direito Administrativo, concerne ao modo como a Administração Pública deve tratar os administrados.

Todos os dispositivos da lei de licitações ou regulamentação de um específico processo licitatório deve ser interpretado à luz do princípio da isonomia. Assim é obrigação da Administração Pública não somente buscar a proposta mais vantajosa, mas também demonstrar que concedeu a todos os concorrentes aptos a mesma oportunidade.

#### **4 - DOS PEDIDOS**

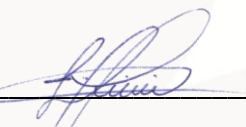
Diante do exposto, requer-se à Solicitante:

- A)** Que a disputa do presente certame deixe de ser por lote, e passe a ser por itens.
- B)** Que o órgão licitante esclareça que, a licitante vencedora do item 26 - Tela Interativa - pode oferecer um equipamento com Tela LCD ou Tecnologia Superior.

Para garantir a competitividade do certame, aguardamos que sejam respondidos nossos esclarecimentos e se digne Vossa Senhoria a receber tempestivamente a presente Impugnação, determinando-se o seu imediato processamento. E determine a republicação do Edital, escoimado do vício apontado, reabrindo-se o prazo inicialmente previsto, conforme § 4º, do artigo 21, da Lei nº 8666/93. Requer, caso não corrigido o edital nos pontos ora invocados, seja mantida a irresignação da ora impugnante, **para posterior juízo de anulação por parte da autoridade competente para tanto.**

Nestes termos, pede DEFERIMENTO.

Curitiba, 07 de outubro de 2020.



**SIEG APOIO ADMINISTRATIVO LTDA - ME**  
LUIZ FERNANDO DE OLIVEIRA  
CPF: 792.323.299-72